


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)




O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 3 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-902-8

DOI 10.22533/at.ed.028211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

O terceiro volume apresenta 23 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Serviço Social e Formação Profissional que apresenta oito artigos discutindo os fundamentos ontológicos da racionalidade burguesa, o método em Marx, a construção da identidade profissional, o Projeto Ético Político, Determinantes Raciais, acessibilidade cultural e as implicações e rebatimentos na formação profissional do Assistente Social.

O segundo eixo temático coloca em evidência através de oito artigos a discussão Serviço Social e Políticas Públicas com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de direitos humanos, assistência estudantil, sindicalismo, situação migratória, extensão universitária e adoção.

O terceiro eixo temático coloca em evidência, através de três artigos a temática do Serviço Social e Racismo Estrutural discutindo ações afirmativas, medidas socioeducativas e estereótipos de classe e raça.

O quarto eixo temático Políticas Sociais e Defesa de Direitos apresenta quatro experiências de trabalho com projetos voltados para revisão do Plano Diretor, PET Engenharias, Multiculturalismo e Cuidado através das Redes Sociais.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1..... 1

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE BURGUESA DECADENTE E O SERVIÇO SOCIAL

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas
André Monteiro Moraes
Analice Barreto de Moura Costa Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0282115031

CAPÍTULO 2..... 12

O MÉTODO DE MARX E O SERVIÇO SOCIAL

Rafaela Vieira

DOI 10.22533/at.ed.0282115032

CAPÍTULO 3..... 20

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DOS REBATIMENTOS FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Gabrielle Chaves Silva
Mayra Hellen Vieira de Andrade
Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti
Carina Felix Bezerra
Kíssia Wendy Silva de Sousa
Maria Gabriella Florencio Ferreira
Maria de Medeiros Martins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Rafaela Leandro Pereira
Paloma Lima dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115033

CAPÍTULO 4..... 32

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Érica Pollyana Oliveira Nunes
Lara Iara Gomes Borges
Eliane Marques de Menezes Amicucci

DOI 10.22533/at.ed.0282115034

CAPÍTULO 5..... 44

DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Evelyn Secco Faquin
Líria Maria Bettiol Lanza

DOI 10.22533/at.ed.0282115035

CAPÍTULO 6..... 50

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DETERMINAÇÕES RACIAIS, PATRIARCAIS E CLASSISTAS COMO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Vanessa Bezerra de Souza
Marco Antonio da Silva Santos
Luana Fernandes Pereira
Angela Carvalho de Almeida Coelho

DOI 10.22533/at.ed.0282115036

CAPÍTULO 7..... 57

SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993

Diego Augusto Rivas dos Santos
Vaniele Soares da Cunha Copello

DOI 10.22533/at.ed.0282115037

CAPÍTULO 8..... 69

ALÉM DO QUE SE VÊ: ACESSIBILIDADE CULTURAL, UMA DISCIPLINA PREMENTE AO SERVIÇO SOCIAL

Ellen Soares Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115038

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 9..... 81

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: A GARANTIA DE DIREITOS SOB A LUZ DO CAPITAL

André Monteiro Moraes
Adaíres Eliane Dantas dos Santos
Ana Carolina Gaia de Sousa
Jéssica Rafaela Maciel Gomes
Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues
Tatiany Fernandes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0282115039

CAPÍTULO 10..... 90

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL: A REALIDADE DA UFRN

Maria Aparecida do Nascimento Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150310

CAPÍTULO 11 99

OS DESAFIOS ÉTICOS-POLÍTICOS NA INTERIORIZAÇÃO DO CRESS 3ª REGIÃO NO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ

Rita Wigna de Souza Silva
Alessandra Carvalho Nobrega Duarte

Leidiana do Nascimento Pinto
Margarida Emília Albano
Carlos Silva Barbosa
Francisco Natanel Lopes Ribeiro
Jani Mesquita Rodrigues
Fernanda Maria Magalhães Silveira
Iara Leite de Sousa
Raquel Leite Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.02821150311

CAPÍTULO 12..... 110

REFLEXÕES SOBRE ESTADO E SINDICALISMO NO BRASIL

Albany Mendonça Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150312

CAPÍTULO 13..... 122

TERCEIRO SETOR E ESTADO MÍNIMO: BREVE ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO
CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Aldení Gomes de Araújo Júnior

Nadir Mayara de Medeiros Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.02821150313

CAPÍTULO 14..... 133

RESPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA
EM MANAUS

Andreia Cristina Gomes Taniguchi

Janaina Zildeia da Silva Paiva

DOI 10.22533/at.ed.02821150314

CAPÍTULO 15..... 142

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA
EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE
CAMPINA GRANDE-PB

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Erika Rafaela Sousa Ataíde

Cristiane Tavares de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.02821150315

CAPÍTULO 16..... 152

FILHO DO AFETO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM CASO DE ADOÇÃO
HOMOAFETIVA

Arlete Lima Cândido

Rosimeri Limeira Ramos

DOI 10.22533/at.ed.02821150316

SERVIÇO SOCIAL E RACISMO ESTRUTURAL

CAPÍTULO 17..... 157

A DIMENSÃO AFIRMATIVA DAS AÇÕES: MOVIMENTOS SOCIAIS E AFROCIDANIZAÇÃO

Reinaldo da Silva Guimarães

Luciene Gustavo Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150317

CAPÍTULO 18..... 170

NEGRO, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: AINDA PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

Ana Carolina Tavares de Mello

DOI 10.22533/at.ed.02821150318

CAPÍTULO 19..... 181

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO E OS ESTERÓTIPOS DE CLASSE E RAÇA

Adriano Pereira Basilo de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.02821150319

POLITICAS SOCIAIS E DEFESA DE DIREITOS

CAPÍTULO 20..... 193

O DESAFIO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LONDRINA/PR - 2018/2028

Ideni Terezinha Antonello

Léia Aparecida Veiga

Alan Alves Alievi

DOI 10.22533/at.ed.02821150320

CAPÍTULO 21..... 204

ATIVIDADES SOCIAIS E O GRUPO PET: ABORDAGEM REALIZADA PELO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA

Guilherme Gil Fernandes

Mikelly Bonfim Anjos

Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior

Felipe Gonçalves Moura

Julianny de Souza Oliveira

Thavane Ferreira de Almeida

Lara de Oliveira Carvalho

Pedro Henrique Rocha Chaves

Luca de Almeida Brito

Marília Aguiar Rodrigues

Alex França Andrade

Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150321

CAPÍTULO 22.....	209
MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DESTA RELAÇÃO DE CRISE	
Viviane Bernadeth Gandra Brandão	
Iara Soares de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02821150322	
CAPÍTULO 23.....	220
CONFIGURAÇÃO DO CUIDADO POR MEIO DAS REDES SOCIAIS DE APOIO ÀS MULHERES IDOSAS QUE RESIDEM SOZINHAS	
Luana Fernandes Silva Paes	
Simone Caldas Tavares Mafra	
Mariana de Paula Oliveira	
Reinaldo Antônio Bastos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.02821150323	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: A GARANTIA DE DIREITOS SOB A LUZ DO CAPITAL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/12/2020

André Monteiro Moraes

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – PB
<http://lattes.cnpq.br/9610990840761763>

Adaires Eliane Dantas dos Santos

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – PB
<http://lattes.cnpq.br/2485244057791561>

Ana Carolina Gaia de Sousa

CESMAC – Palmeira dos Índios – AL
<http://lattes.cnpq.br/7349753674237733>

Jéssica Rafaela Maciel Gomes

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – PB
<http://lattes.cnpq.br/1257733666488556>

Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – PB
<http://lattes.cnpq.br/4053050908808116>

Tatiany Fernandes Oliveira

Universidade Estadual da Paraíba
Campina Grande – PB
<http://lattes.cnpq.br/0605094015789332>

RESUMO: O tema Direitos Humanos tem ganhado centralidade na conjuntura política e nas lutas sociais. O presente artigo decorre de uma revisão bibliográfica que surgiu da necessidade

de aprofundar o conhecimento do Serviço Social e sua relação com os Direitos Humanos. Debates a influência que os direitos humanos sofrem, no sistema vigente, e sua reverberação no Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Serviço Social. Capitalismo.

HUMAN RIGHTS AND SOCIAL SERVICE: GUARANTEEING RIGHTS IN THE LIGHT OF CAPITAL

ABSTRACT: The theme Human Rights has gained centrality in the political conjuncture and social struggles. This article stems from a bibliographical review that arose from the need to deepen the knowledge of Social Service and its relation with Human Rights. We discuss the influence that human rights suffer under the current system and its reverberation in Social Work.

KEYWORDS: Human Rights. Social Work. Capitalism.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU (s.d.), o Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece as obrigações dos governos agirem de determinadas maneiras ou se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos.

Dessa forma, os direitos humanos são garantidos legalmente, protegendo qualquer indivíduo ou grupos de ações que firam, além

das liberdades individuais, a dignidade da pessoa humana. No Brasil a defesa dos direitos humanos está assinada pela Lei nº 12.986, de 02 de Junho de 2014¹:

Art. 2º O CNDH tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos, mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos. § 1º Constituem direitos humanos sob a proteção do CNDH os direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos ou sociais previstos na Constituição Federal ou nos tratados e atos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil. § 2º A defesa dos direitos humanos pelo CNDH independe de provocação das pessoas ou das coletividades ofendidas (BRASIL, 2014).

A partir da proteção dos direitos humanos e de suas características pautadas no respeito da dignidade, na sua universalidade ou indivisibilidade (devido à sua importância), que nos propomos a discutir os direitos humanos na contemporaneidade, a sua percepção para além do âmbito jurídico, sua relação com o Serviço Social na sociedade do modo de produção capitalista e seus impactos na concretude legal.

Traçamos o texto seguindo a lógica da discussão dos direitos humanos e o capitalismo com intuito de debater, a partir da literatura, o porquê de haver variações políticas e semânticas sobre a temática, o processo de conquistas dos direitos humanos e as principais falhas de sua promoção. Além de debatermos, a influência que os direitos humanos sofrem, via sistema vigente, reverberados na profissão do Serviço Social. Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica que surgiu das discussões necessárias sobre aprofundar o conhecimento do Serviço Social e sua relação com os Direitos Humanos a partir da formação de cada profissional do âmbito de sua categoria. É um trabalho que tem como metodologia o materialismo crítico dialético, pois é o que acreditamos, neste caso, ser o mais viável para a apreensão da sociedade atual e o modelo que a rege.

2 | OS DIREITOS HUMANOS E O CAPITALISMO

Discutir Direitos Humanos na contemporaneidade é atentar-se para as diversas nuances que o seu debate pode chegar, pois há uma vasta gama de significados políticos e, até mesmo, semânticos capazes de atribuir situações implicantas à sociedade por causa de suas múltiplas facetas, significativamente produzidas, principalmente, concernente ao senso comum.

Para além da imediaticidade, partimos do pressuposto de que os direitos humanos não podem ser limitados à área jurídica, apenas, nem tampouco, apartados de áreas que fazem interlocução nesse campo (principalmente nas Ciências Sociais e suas respectivas aplicações). Além de reforçar que a consolidação de direitos não se dá como entidades naturais, mas como reações antagônicas a um conjunto de relações sociais inseridas ao sistema vigente (FLORES, 2009). Logo, acreditamos não haver possibilidade de avanço

¹ Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; revoga as Leis nºs 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências.

dos direitos humanos sem recuo do sistema capitalista, que tem como sustentabilidade as desigualdades sociais.

Portanto, a luta pelos direitos humanos não deve ser entendida, apenas, pelo respeito aos direitos já consagrados, mas pelo seu desenvolvimento para obtenção de novos direitos (por meio das lutas políticas e sociais). É, também, por isso que eles existem para a humanidade com o intuito de normatizar a conduta do indivíduo, postos de forma jurídica na consciência de grande parte das pessoas.

Entretanto, as transformações sociais na atualidade atingem dimensões inimagináveis no que concerne aos direitos humanos, infringindo diretamente a sociedade. Para tal,

O processo de reestruturação econômica trouxe graves consequências com a flexibilização da soberania dos Estados Nacionais, com a abertura dos mercados, com a elevadíssima concentração do capital, com intensa utilização de novas tecnologias, com a debilitação dos direitos econômicos, sociais e culturais (DESCs), com o aumento das práticas predatórias no âmbito ambiental, a precarização das relações de trabalho, a marginalização e “exclusão social” ampliada, a dissolução das identidades pessoais, com a mercantilização e financeirização da vida. O modelo social implantado utiliza novos mecanismos de controle social e manutenção da ordem neoliberal, resultando em um modelo desintegrador que produz insegurança e medo. (DORNELLES, 2013, p. 135).

Na medida em que essas mudanças societárias ocorrem, o número de violência e/ou de sua banalização, passa a aumentar de forma gradativa, em todas as dimensões (objetiva e subjetiva)². Seu tratamento, apesar de cuidadoso, representa um desafio para a consolidação de direitos humanos no seu aspecto econômico, social e cultural. Além de afetar diretamente a atuação dos profissionais que estão inseridos no campo das políticas públicas.

O termo violência passa a ser tratado como uma linguagem de significado expresso em detrimento a um ambiente de caos e flexibilização das formas de vida. A violência se expande a partir desses novos processos econômicos que direta ou indiretamente acabam por alimentar as desigualdades expandindo a marginalização de determinados grupos sociais, a precarização da vida humana e o crescimento da miséria, resguardadas na abstenção do Estado na responsabilidade pública para com o social, própria do processo de globalização neoliberal.

O quadro da globalização neoliberal – e sua ideologia – favorece o estabelecimento de conceitos que fundamentam as desigualdades com base na diferença entre os seres humanos, não identificando o “outro”, o diferente, como igual, como ser humano. Essas mudanças possibilitaram o surgimento de diferentes tipos de violência (DORNELLES, 2013, p. 139).

² Para Dornelles (2013) a violência em sua dimensão objetiva é representada pelas realidades históricas, enquanto na subjetividade é representada no campo das representações.

Toda e qualquer atitude tomada contra a dignidade da pessoa humana reforça o ato, indiscriminado, da violência, condicionado à fraqueza social ferindo, diretamente, aos preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em uma das considerações do seu preâmbulo diz que “o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajam a consciência da Humanidade [...]”(ONU, 2009, p. 2).

Assim, tomando como base a conjuntura atual e os enunciados da Declaração dos Direitos Humanos não temos concretude de sua consolidação, pois as graves repetições da violação dos direitos (seja nos massacres e genocídios aos índios das Américas, nos novos casos de trabalho escravo, na exploração do trabalho infantil, na violência sexual, dentre tantos outros episódios de tormento no mundo) acabam sendo incontáveis, colocando em descrença a sua credibilidade.

É notório que temos um histórico de defesa e promoção dos direitos humanos, entre pactos, convenções, regulamentos, declarações, etc.³ que acabavam tendo como destaque, dessas normas, uma autodefesa das pessoas, passando a ganhar mais respeito e confiança no Estado, mas que antes mesmo do século XX já mostrava sinais de fracasso.

Os sinais mais relevantes dessa suscetível onda de insucessos dos direitos humanos na contemporaneidade estão na superposição de crises desses direitos que convergem em uma direção unilateral: o capitalismo; sistema que obtém o modo de produção social e de organização da sociedade, gerador de intensas contradições a partir das relações de trabalho, condições de vida e violações de direitos civis em prol da mais-valia.

Os direitos civis, além de desejáveis, são essenciais para o desenvolvimento e reprodução das relações capitalistas. Logo, acabam se confrontando com a desigualdade e disparidades entre capitalista e trabalhador. A distribuição de riqueza, desse sistema, reforça a tese de acumulação para a rede privada e de financiamento de políticas sociais para a esfera pública. Eis o porquê de o capitalismo exigir direitos civis, conviver com direitos políticos e se contrapor aos direitos sociais (TRINDADE, 2013).

Neste caso, os direitos civis, na relação do modo de produção capitalista, podem ser considerados como as traduções da correlação de forças existentes que acolhem as contradições da sociedade causadas pelo próprio sistema. É o mesmo que afirmar que o direito percebe as necessidades postas pelo sistema vigente e internaliza em sua estrutura jurídica (por meio das normas) garantindo a ordem capitalista.

É por isso que o Estado burguês utiliza do Estado de Direito para empregar sua violência, pois as políticas sociais são as maneiras de intervenção estatal para apoiar o ciclo de acumulação do capital. Sendo assim, é dentro das contradições do sistema vigente que o Serviço Social, entendendo que a garantia dos direitos humanos é inerente à sobrevivência dos indivíduos, busca superar esse modelo de desigualdade ancorado no seu Código de Ética profissional no respeito a estes direitos.

³ A esse respeito, é importante consultar o prefácio de José Damião de Lima Trindade. In: FORTI, V.; BRITES C. M. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social**: polêmicas, debates e embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

3 I A RELAÇÃO ENTRE OS DIREITOS HUMANOS E O SERVIÇO SOCIAL

A dinâmica pela luta por direitos está situada no cenário da ordem burguesa. Portanto, o direito é burguês. Logo, todas as suas ações estão voltadas para superação revolucionária anticapitalista, a favor da burguesia. Sendo assim, percebemos que o direito sofre influências bastante significativas para manter a regulação das relações sociais na sociedade do capital, mediante aspecto de reivindicação da igualdade política, liberdade de pensamento e tudo que fomente a disputa do governo e as decisões do Estado (IASI, 2013).

Sabemos que os direitos civis não são apenas “desejáveis”, mas são essenciais ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção (idem). E, claro, ainda que o estabelecimento da superação de uma sociedade para outra⁴ mereça reconhecimento à emancipação, via garantia de direitos é, ainda, desviada.

E é nesse processo de idealização de direitos e rupturas dos mesmos que merece questionamentos acerca de sua efetividade. Para Ruiz (2013) a evolução sobre o debate, a respeito dos Direitos Humanos durante o século XX, tem uma contribuição significativa dos países de bloco socialista e suas revoluções.

É em meio a essas contradições e antagonismos que o Código de Ética do Serviço Social tem como defesa a garantia de que os direitos humanos são essenciais para sobrevivência de uma parcela significativa da população. E, que visam trabalhar sob a perspectiva da garantia de que os direitos sejam respeitados.

A atuação do profissional do Serviço Social se dá de maneira descentralizada, trabalhando nos diversos segmentos na busca da consolidação dos diversos direitos que compõe os direitos humanos. Entretanto, esse trabalho necessita ser articulado em quatro etapas: pelos instrumentos políticos, administrativos e legais, por mecanismos de proteção social que tem como finalidade viabilizar o acesso aos resultados desses instrumentos, pelos órgãos que são os espaços utilizados pelos defensores de direitos, e pelas ações que são as práticas sociais implementadas pelos defensores (MAGRI et al., 2013, p. 4).

Haja vista, também, que o Código de Ética Profissional do Serviço Social sinaliza em um dos seus princípios (o de número II) a “defesa, intransigente, dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 2012, p. 22), reafirmando os princípios e valores do Projeto Ético-Político da profissão e a sua ligação direta com um projeto social democrático comprometido com a classe trabalhadora, que possibilita aos assistentes sociais uma atuação direta por ser uma categoria em constante ligação com a realidade social da população.

Sabe-se que o tema acerca dos Direitos Humanos tem ganhado destaque na atualidade, pois tem centralidade na conjuntura política e nas lutas sociais, mediante transformações societárias, permitindo uma profunda consonância com as modificações

⁴ Entende-se, neste caso, a superação do sistema do feudalismo para o capitalismo.

em curso do próprio Serviço Social. É nítido, então, que esta ligação está na reverberação de que os direitos sociais - marca indelével das lutas da profissão - são direitos humanos, intrínsecos (obviamente) aos seres humanos.

Não devemos descartar essa hipótese, pois um direito não é conquistado, em sua plenitude, se todas as esferas de condições de vida não forem oferecidas. Há relações interligadas entre essa área e a categoria profissional. Não é a toa que a viabilização de um direito humano ao acesso à educação ou saúde, por exemplos, sem as condições dignas de moradia, trabalho, renda, etc. de qualquer usuário, acaba fadando-se ao fracasso com uma atuação profissional, meramente, pontual.

Portanto, observe-se que o Serviço Social (brasileiro), uma profissão que durante longo tempo manteve-se funcional aos interesses burgueses, tem na direção social defendida pelo seu atual Projeto Profissional a defesa dos direitos humanos como premissa. Todavia, isso supõe reconhecer teórica, metodológica, política e eticamente as possibilidades e os limites de sua ação profissional e as do campo dos direitos humanos no mundo capitalista. A partir disso, o profissional poderá buscar materializar essa premissa do Código de Ética Profissional sem cair na armadilha do discurso que proclama valores radicalmente humanistas, mas não elucida as bases concretas de sua objetivação histórica, tampouco caminha rumo à efetivação de direitos – o que pode ser bastante funcional à ordem econômica atual (FORTI, MARCONSI & FORTI, 2013).

É no âmbito das contradições que o Serviço Social atua. Para tanto, é imprescindível que o profissional busque construir mecanismos de atuação, junto às demandas emergentes, que possibilitem romper com a dinâmica social do senso comum acerca da objetivação dos direitos humanos. Para Jefferson Lee⁵ (2012)

é preciso saber precisamente como atuamos com os direitos humanos da população usuária, principalmente na lógica capitalista, que é incompatível com a materialização dos direitos em sua plenitude. *Sendo assim*, pensar direitos humanos é revisitar o exercício profissional do assistente social (LEE, 2012, on-line).

É importante elencar que, revitalizar o legado teórico-político do Serviço Social e insistir numa postura crítica da categoria são formas de enfrentamento dessa sociabilidade, uma vez que os afetados pela violação dos direitos humanos são vítimas, também, de acidentes e desregulamentação do trabalho, do desemprego, baixos salários, crimes financeiros, ação repressiva do Estado, sistemas penitenciários, de saúde e educação, em sua maioria precários e insuficientes (FORTI, 2012).

Logo, é imprescindível ações competentes pautadas no compromisso com o Código de Ética, que aponta para a perspectiva da totalidade em contraposição ao sistema vigente, principalmente com o neoliberalismo que intensifica a violência no país. Neste caso, pauta-se não apenas na “aversão” à ideologia neoliberal, mas a compreensão crítica que desvele

⁵ Em debate no Seminário Nacional Serviço Social e Direitos Humanos realizado nos dias 4, 5 e 6 de Setembro de 2012, em Palmas – TO.

a impossibilidade da objetivação dos direitos, em sua concretude, para todos os indivíduos sociais.

4 | CONCLUSÃO

É preciso estabelecer um diálogo entre “os atores vinculados às diferentes áreas de conhecimento que se debruçam sobre os direitos humanos, muito especialmente o Direito, as Ciências Sociais, o Serviço Social e as Relações Internacionais” (MARQUES, 2013, p. 195). No entanto, ainda há que recorrer aos direitos humanos para obtenção de realização de liberdade, igualdade e fraternidade enquanto potencialidades da comunidade humana.

Comungamos da crítica aos Direitos Humanos, feita por Marques (2013), quando diz que há: a) falta de legitimidade dos Direitos Humanos – pela falta de unanimidade dos Estados na Declaração Universal de 1948; b) utilização dos direitos humanos como legitimação da intervenção dos Estados e interesses econômicos nas regiões periféricas – violação como instrumento de deslegitimação; c) desproteção da “reserva” privada – enquanto oposição à ordem estabelecida – não há um direito humano à propriedade dos meios de produção, mas uma interdição arbitrária e discriminatória da propriedade.

Acreditamos, também, que, de fato, a evolução nos patamares do direito é o resultado de uma espécie de auto aperfeiçoamento do próprio Estado para o desenvolvimento de futuras legislações sociais e instituições de acesso a bens e serviços às camadas mais pobres, o desenvolvimento de políticas públicas e legislações protetivas em relação ao trabalho suficientes para o florescimento dos direitos sociais (IASI, 2013).

Nesse contexto, temos o Estado como intermediário entre o homem e a liberdade humana, o segundo confiando toda a sua liberdade ao primeiro. A emancipação humana só poderá ser plena quando o homem, enquanto indivíduo, tiver em si o homem político, enquanto cidadão, além de reconhecido e organizado suas próprias forças como sociais (MARX, 2010).

Pensar a emancipação humana é pensar na restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem, mas para isso é fundamental superar a cisão (que leva à emancipação desviada) entre o ser social como indivíduo membro da sociedade civil-burguesa e o cidadão como membro do Estado (IASI, 2013).

Portanto, a efetividade dos direitos humanos parte da crítica à materialidade dos acontecimentos históricos para apontar a necessidade de construção de um novo modelo de sociabilidade para além do capitalismo. Neste caso, é impossível imaginar que o profissional do Serviço Social não atue com os direitos humanos, mesmo mediante contradições e limitações institucionais e conjunturais postas pelo sistema vigente.

É interessante frisar que as distintas concepções sobre os direitos humanos não são próprias do Serviço Social, apesar de determinadas críticas a respeito, os desafios postos vão além do âmbito profissional. Para Ruiz (2013) alguns desses desafios estão na

superação das duas visões combatidas: associação dos direitos humanos a concepções liberais e o esvaziamento do conteúdo de classe; na tentativa de superar a concepção reacionária de direitos humanos, enquanto “defesa de bandidos”, por exemplo, por meio da contribuição do (a) assistente social em contato com a população nos seus mais diversificados espaços sócio-ocupacionais; e superar a visão dicotômica de direitos sociais a plataformas anticapitalistas e/ou socialistas.

Torna-se necessário, neste caso, uma formação profissional qualificada e contínua, tendo em vista de não depender apenas da vontade dos sujeitos, para tais necessidades. E, claro, fomentar que essa formação deve possibilitar a competência no exercício profissional (FORTI, MARCONSIN & FORTI, 2013).

Uma das grandes dificuldades para objetivação dos Direitos Humanos, considerado por Barroco (2017), está na realização dos direitos sociais, econômicos e culturais, justamente pelas contradições entre os direitos e a realidade burguesa. E a defesa desses direitos, é colocada por ela também, enquanto necessária tendo em vista o conceito de desumanização em curso.

Para o Serviço Social, essa concretude pode ser viável a partir da adoção da liberdade e democracia como instrumentos importantes de um projeto profissional em defesa dos direitos humanos. Além de intensificar a defesa de MAGRI et al. (2013) em que a efetivação dos princípios propostos no atual Código de Ética possibilita uma ação crítica, reflexiva e investigativa capaz de romper com os ranços do conservadorismo na profissão, haja vista a necessidade de uma formação crítica em que possa ser percebida a presença do senso comum a fim de desmistificá-la.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. O significado sócio-histórico dos direitos humanos e o serviço social. In: **Conferência Mundial de Serviço Social da Federação Internacional de Trabalho**. Salvador – BA, 2017. p. 1-14. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/maria_lucia_barroco.pdf>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2017.

BRASIL. **Constituição Federativa Brasileira**. Brasília - DF: SENADO, 2014.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do (a) Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2012.

DORNELLES, J. R. W. Globalização neoliberal, direitos humanos e a violência na realidade contemporânea. In: FORTI, V.; BRITES C. M. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 135 – 150.

FLORES, H. J. **Teoria Crítica dos Direitos Humanos: direitos humanos como produtos culturais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

FORTI, V.; MARCONSIN, C.; FORTI, L. Direitos humanos e serviço social: debater é preciso. In: FORTI, V.; BRITES C. M. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 29-52.

_____. **Direitos Humanos e Serviço Social: notas para o debate**. O Social em Questão - Ano XV - nº 28, 2012, p. 265 – 280.

IASI, M. L. O direito e a luta pela emancipação humana. In: FORTI, V.; BRITES C. M. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 171-193.

LEE, J. **Direitos Humanos em Debate**. 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/846>>. Acesso em: 04 de Dezembro de 2017.

MARQUES, E. A. B. Direitos Humanos: para um esboço de uma rota de colisão com a ordem da barbárie. In: FORTI, V.; BRITES C. M. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 195-209.

MAGRI, E. et al. Direitos Humanos e Serviço Social. **Congresso Catarinense de Assistentes Sociais**. Florianópolis – SC, 2013. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Direitos-Humanos-e-o-Servi%C3%A7o-Social.pdf>. Acesso em: jun. 2018.

MARX, K. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: UNIC/Rio, 2009.

_____. **O que São os Direitos Humanos**. Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>. Acesso em: mar. 2018.

RUIZ, J. L. de S. Direitos humanos: argumentos para o debate no Serviço Social. In: FORTI, V.; BRITES C. M. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p.71-91.

TRINDADE, J. D. de L. Os direitos humanos: para além do capital. In: FORTI, V.; BRITES C. M. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80

Ações afirmativas 65, 66, 157, 158, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 179

Assistência estudantil 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Assistente social 6, 7, 9, 12, 17, 18, 19, 27, 29, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 127, 147, 148, 150, 151, 155, 169

C

Código de ética 7, 25, 48, 49, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 68, 76, 79, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 100, 102, 103, 151, 152, 153

CRESS 37, 48, 68, 72, 77, 79, 89, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Crise do capital 7, 8, 9, 90, 91, 110, 114, 115

Crise estrutural do capital 26, 92, 116

D

Dialética 3, 4, 15, 17, 19, 32, 34, 36, 38, 39, 114, 120, 213

Direitos humanos 54, 64, 67, 70, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 97, 134, 135, 140, 141, 156, 177, 179, 182, 217

Diretrizes curriculares 7, 9, 25, 28, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 47, 100, 102

Docência 43, 44, 45, 46, 47, 48, 232

E

Envelhecimento 220, 221, 222, 224, 225, 230

Estado mínimo 122, 125, 128, 134

Estado no capitalismo monopolista 111

Estatuto da cidade 194, 196, 203

Ética profissional 7, 25, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 68, 84, 85, 86, 97, 100, 102, 152, 153

F

Forças produtivas 3, 4, 8, 13, 52, 122, 124

Formação profissional 9, 11, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 69, 75, 88, 96, 109, 141, 143, 144, 150, 151

I

Identidade profissional 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 63

Interações familiares 223

Interiorização 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 176

M

Marx 3, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 34, 35, 56, 58, 87, 89, 112, 113, 114, 120, 121, 124, 132, 174, 180

Mercantilização da educação superior 91

Movimento de reconceituação 21, 23, 25, 33, 34, 39

N

Neoliberalismo 8, 20, 25, 26, 27, 29, 86, 91, 122, 125, 131, 170, 176, 178, 180

P

Parâmetros curriculares nacionais 215

Pesquisa participante 193, 196

Planejamento urbano 194, 195, 196

Pluralismo cultural 214, 218

Políticas públicas 7, 18, 57, 66, 70, 71, 72, 78, 83, 87, 98, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 158, 164, 167, 171, 183, 187, 188, 206

Programa Bolsa Família 137

Programa de Educação Tutorial (PET) 205

Projeto de extensão 142, 144, 146, 147, 148, 232

Projeto ético político 42, 54, 66, 77, 79, 97

Q

Questão social 6, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 36, 40, 50, 53, 54, 55, 67, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 92, 98, 100, 111, 126, 127, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 150, 172, 187

R

Racionalidade humana 2, 3, 10, 210

Racismo 50, 52, 53, 54, 55, 56, 108, 158, 163, 164, 167, 169, 174, 189, 190, 191

Redes de apoio social 224, 230

Relato de experiência 99, 108, 109, 152, 155

Rodas de conversa 148

S

Serviço social 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 121, 126, 127, 132, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 169, 181, 191, 221, 231, 232

Sindicalismo 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120

Sociedade burguesa 1, 2, 3, 9, 13, 14, 62

T

Terceiro setor 122, 126, 128, 131, 132, 224

V

Velhice 221, 223, 224, 229, 230


Violência 51, 52, 55, 57, 77, 83, 84, 86, 88, 92, 112, 126, 127, 130, 135, 139, 141, 188, 189, 191, 192, 216, 217, 218

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

Atena
Editora


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021